

Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense

Marcia Carvalho RODRIGUES*

Resumo: O presente artigo busca compreender de que maneira as bibliotecas podem contribuir com o processo de preservação do patrimônio cultural e de que forma estas instituições se relacionam com a memória das comunidades nas quais estão inseridas. Para tanto constrói seu referencial com base em de cinco importantes estudiosos, a saber: Maurice Halbwachs, Joel Candau, Michael Pollak, Pierre Nora e Llorenç Prats, os quais fundamentam a revisão teórica sobre memória, patrimônio cultural e lugares de memória. Na sequência elabora um breve esboço da trajetória histórica das principais bibliotecas públicas localizadas em solo gaúcho ao longo do século XIX, tendo como foco a mais antiga instituição do Estado: a Biblioteca Rio-Grandense e suas relações com a comunidade local, buscando identificar elementos que a configurem como lugar de memória para a sociedade a que pertence.

Palavras-chave: Memória social. Patrimônio cultural. Lugares de memória. Bibliotecas.

Libraries as Places of Memory: The case of Rio Grande Do Sul, Brazil

Abstract: This paper intends to understand how libraries can contribute to the process of preservation of cultural heritage, and how these institutions relate to the memory of the communities in which they operate. To achieve this, the theories and works of five important scholars are used as a framework, namely those of Maurice Halbwachs, Joel Candau, Michael Pollak, Pierre Nora and Llorenç Prats, who formed the theoretical study of memory, cultural heritage and places of memory. The following provides a brief outline of the historical trajectory of the main public libraries located in Rio Grande do Sul throughout the nineteenth century, focusing on the oldest state institution - the *Biblioteca Rio-Grandense*, and its relations with the local community, seeking to identify elements which cause it to be a place of memory for the society to which it belongs.

Keywords: Social memory. Cultural heritage. Places of memory. Libraries.

Introdução

* Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade - Doutoranda - Programa de Pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural – Instituto de Ciências Humanas - Universidade Federal de Pelotas - UFPel – Rua Lobo da Costa, 1877, CEP: 96010-150, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: mcrodrigues@furg.br.

A história das bibliotecas tem início paralelamente ao surgimento da escrita. As primeiras instituições que se tem notícia tinham uma função marcadamente utilitária: serviam como depósitos onde se guardavam documentos de maneira sistemática e organizada. Ao longo de sua evolução, assumiram diferentes funções, ampliando sua atribuição meramente utilitarista e, segundo sua missão, acervo e público a que se destinam, dividiram-se em diferentes categorias: públicas, privadas, acadêmicas, infantis, especializadas, temáticas etc.

Independentemente da sua tipologia, bibliotecas passaram ao longo do tempo a ser identificadas como organismos culturais, instituições nas quais se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares em que a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber.

As bibliotecas, especialmente as públicas em virtude da sua missão social, deixaram de ser meros depósitos de registros para se transformarem em estabelecimentos cuja função primordial reside em salvaguardar e tornar acessível a herança cultural deixada pelos seres humanos do passado e do presente por intermédio de sua mais evoluída forma de registro do pensamento: a escrita. Buscando compreender de que maneira estas instituições podem contribuir com o processo de salvaguarda do patrimônio e de que forma se relacionam com a memória coletiva da comunidade na qual estão inseridas, serão abordadas neste artigo algumas questões teóricas referentes à memória social, ao patrimônio cultural e aos lugares de memória, tendo como objeto de estudo as bibliotecas públicas localizadas em solo gaúcho, tomando como exemplo a mais antiga instituição do Estado – a Biblioteca Rio-Grandense e suas relações com a comunidade local –, buscando identificar elementos que a configurem como lugar de memória para a sociedade a que pertence.

O presente artigo se insere na pesquisa de doutoramento da autora e constitui uma parcela inicial do estudo sobre a relação existente entre a preservação do patrimônio bibliográfico e o papel das bibliotecas neste processo.

Patrimônio cultural e memória social

Maurice Halbwachs, importante filósofo e sociólogo francês, desenvolveu o conceito de memória coletiva em duas importantes obras, tendo sido a segunda publicada postumamente: *Os quadros sociais da memória* (1925) e *A memória coletiva* (1950). Para Halbwachs a memória coletiva não é e nem pode ser considerada ponto de partida para o

estudo de uma comunidade, pois ela não parte do vazio, do nada, mas é uma construção que ocorre tanto no plano individual quanto no coletivo. A memória é adquirida à medida que o indivíduo toma como suas as lembranças do grupo com o qual se relaciona, ou seja, há um processo de apropriação de representações coletivas pelo sujeito em interação com outros.

Ainda segundo o autor, de cada época de nossas vidas guardamos memórias, reproduzidas incessantemente, por meio das quais se perpetua o sentimento da nossa identidade. Porém, por se tratarem de memórias de outras épocas, estas perdem sua forma e seu aspecto original. Assim, quanto maior for o número de testemunhos escritos e orais aos quais tivermos acesso, mais próximo chegaremos da reconstituição do passado original, já que para rememorar efetivamente um fato do passado precisaríamos ter condições de evocar, ao mesmo tempo e sem exceção, todas as influências sobre nós exercidas na época do acontecimento.

De acordo com Halbwachs (1990), a memória individual é apenas uma parte e um aspecto da memória do grupo. Mesmo quando esta é, aparentemente, mais íntima, se preserva uma lembrança duradoura na medida em que se refletiu sobre ela, ou seja, esta foi vinculada com os pensamentos do meio social. O autor conclui que rememorar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar experiências passadas com imagens e ideias contemporâneas.

Retomando em parte o conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs, Joel Candau (2011), professor de Antropologia da Memória da Universidade de Nice Sophia Antipolis (França) propõe uma recategorização das memórias com base em três qualidades: a) a protomemória, b) a memória propriamente dita ou memória de evocação e c) a metamemória. A protomemória, segundo Candau, corresponde ao tipo de memória que não gera arquivo, memória de baixo-nível ou memória-trabalho: é a memória social incorporada nos gestos, na linguagem, na prática social, cuja realização se dá de maneira quase automática. O segundo tipo de memória, a memória evocação ou memória propriamente dita parte das lembranças individuais e pessoais de cada ser humano. Já a terceira memória, a metamemória, diz respeito à construção identitária. É a representação que fazemos das nossas lembranças.

O conceito de metamemória de Candau dialoga com o conceito de memória coletiva de Halbwachs na medida em que ambos creem que a memória individual se forma dentro das memórias coletivas, porém dentro deste conceito, quem lembra ou rememora algo é o indivíduo e não a sociedade ou o grupo com o qual é compartilhado o evento passado.

De certa forma, Candau aperfeiçoa o conceito de memória coletiva ao reduzir a possibilidade de confusão entre memórias individuais e coletivas

[...]. Ele soluciona o problema propondo que as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória propriamente dita, constituem faculdades individuais, logo, não podem ser compartilhadas. Para ele, só a terceira memória, a metamemória, aquela que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, pois é um conjunto de representações da memória. (MATHEUS, 2011, p. 304).

Candau reafirma a importância do espaço na construção e evocação da memória, assim como Halbwachs o faz em sua teoria, e observa que indivíduos “desterritorializados”, ou seja, que perderam os referenciais que os orientavam no mundo, tornam-se sujeitos sem identidade, pois perdem também sua memória.

Conclui-se, com base nestes dois importantes teóricos, que a memória social se materializa por meio da utilização de símbolos identitários, que por sua vez constituem os lugares de memória. “Os lugares de memória se configuram [...] como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva” (SILVEIRA, 2010, p. 68).

Os conceitos de nação e de patrimônio surgem basicamente a partir desta crença: indivíduos que compartilham uma memória, que acreditam pertencer ao mesmo grupo constituído das mesmas lembranças, que creem ter um passado comum que deve ser, portanto, preservado e novamente compartilhado com as gerações que os sucedem.

Ao observar a noção contemporânea de patrimônio cultural percebe-se que está intimamente ligada à história econômica e social da França, especificamente com a ocorrência da Revolução Francesa: é a partir da Revolução, com a necessidade de criar um elo comum que justifique o cidadão e sua história que se cria a noção de compartilhamento, tendo em mente que quanto mais coesos forem os grupos sociais, maior a capacidade de construir memórias fortes (é o caso, por exemplo, do grupo família). Antes, porém, deste marcante acontecimento, o conceito de patrimônio já vinha sofrendo pequenas modificações em função das transformações pelas quais vinha passando a sociedade, ampliando a noção de patrimônio aristocrática característica da antiguidade clássica e acrescentando-lhe valor religioso, com a passagem para a Idade Média, época em que a Igreja Católica exerceu forte influência sobre a vida social, econômica, política e cultural das comunidades. Assim, neste período o patrimônio passou não somente a representar um legado familiar, baseado em uma concepção exclusivamente individual, acabando por retratar, também, algo coletivo, como o culto aos santos, a exaltação dos milagres, a valorização das relíquias, a monumentalização das igrejas etc., elementos constituintes do patrimônio religioso.

Somente alguns séculos mais tarde, sob as óticas humanista e renascentista, surgiu o conceito contemporâneo de patrimônio cultural. Neste período houve uma valorização dos objetos antigos e a prática do colecionismo, fundando o que se chamou de Antiquariado (ideia que posteriormente originou a concepção dos museus). Funari e Pelegrini (2009)

salientam, porém, que o marco definitivo para a modificação do conceito tradicional de patrimônio - centrado originalmente na propriedade privada pertencente ao pai de família (o pater ou pater familias) - foi o surgimento dos Estados nacionais, resultantes especialmente das revoluções Francesa e Industrial, o que possibilitou não somente a ruptura de um padrão econômico, político e social vigente, mas o estabelecimento de uma noção de que as pessoas compartilham, de maneira homogênea, um passado comum, quer seja ele constituído de figuras de antepassados, de costumes, de tradições ou crenças. Este passado possibilita a criação de um presente e um futuro também comuns, levando à consolidação do caráter de coletividade necessário à criação de cidadãos e exigido pelo novo modelo socioeconômico.

“O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 16).

O destaque dado ao patrimônio nacional, porém, atinge seu auge no período que se estende da Primeira até a Segunda Grande Guerra (entre 1914 e 1945). As mesmas nações que criaram o Estado nacional (França, e mais tarde Inglaterra e Estados Unidos) se consolidaram como impérios; concomitantemente, houve apropriação dos bens culturais e riquezas dos colonizados pelos colonizadores, já que estes concluíam ser os verdadeiros herdeiros do patrimônio cultural deixado por seus antepassados, iluminados pelas ideias nacionalistas que influenciaram estes dois acontecimentos históricos. O patrimônio estava à mercê de dois fatores do mundo moderno: o Estado nacional e o Imperialismo.

Entretanto, especialmente após a década de 1960, há uma crescente crítica ao Estado nacional e ao Imperialismo; desse modo, a sociedade civil já não aceita mais passivamente estas duas condições: demonstra sua resistência por meio de revoltas e movimentos sociais, como os movimentos pela emancipação feminina e em prol dos direitos civis. Neste contexto a noção de patrimônio passa novamente por modificações, que levam à moderna concepção do termo, com sentido consideravelmente ampliado em relação ao conceito anteriormente adotado: o patrimônio atualmente inclui não somente bens materiais (móveis e imóveis), mas também bens imateriais, como os saberes, os fazeres e todo o contexto que envolve a sua materialidade, sem deixar de considerar toda a diversidade presente na produção destes bens e sua importância para as comunidades às quais pertencem. Já não se concebe mais a existência de um patrimônio nacional, único e representativo de uma coletividade, engessado e materializado em bens físicos (monumentos, edifícios, objetos etc.), mas sim de um conjunto de patrimônios, de diferentes comunidades, constituído tanto de bens materiais quanto imateriais, que formam uma “teia” patrimonial e esta sim, representa, com toda sua heterogeneidade, diversidade e particularidades, o patrimônio de uma nação.

Para Michael Pollak, sociólogo francês, o patrimônio é um sistema de referências. Em sua teoria é possível perceber a relação existente entre o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, relacionando a memória aos conceitos de identidade e pertencimento, e as ideias de Pierre Nora, historiador de origem também francesa, resgatando o conceito de “lugares de memória”, lugares não apenas físicos, mas também mentais onde seria possível reviver determinadas lembranças (POLLAK, 1989, 1992).

Segundo Pollak (1992, p. 201), a memória é um conjunto de acontecimentos,

Acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vem se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.

Na perspectiva do patrimônio, pode-se ainda relacionar as reflexões de Pollak com o pensamento do antropólogo espanhol Llorenç Prats, que considera patrimônio cultural uma invenção e uma construção social. Para Prats, institucionaliza o patrimônio quem tem mais poder. Valendo-se da leitura de Pollak e Prats, é possível observar que a seleção dos elementos integrantes do patrimônio nunca ocorre de forma neutra ou inocente, porém sempre visando uma correlação entre ideias, valores e o contexto social de onde provém, ou seja, a construção do patrimônio cultural de uma nação ocorre de maneira intencional e mesmo estratégica. Sendo assim, ao mesmo tempo que o patrimônio serviria para fins de identificação coletiva, serviria também aos propósitos das instituições que ativam estes referenciais e que se utilizam da memória coletiva como instrumento para efetivação de seus programas e a legitimação simbólica de suas ideologias identitárias.

Pierre Nora considera como importante para entender a cultura contemporânea uma questão que diz respeito ao passado e ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, ou seja, entre a consciência coletiva e a individualidade, entre a memória e a identidade. Para o autor,

[...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 9)

Levando em consideração as reflexões teóricas apresentadas até o momento, conclui-se que o patrimônio cultural está na base das relações de poder de grupos sociais,

proporcionando a criação de suas identidades na construção dos lugares onde vivem. Os lugares de memória seriam, portanto, “[...] formas de manutenção e reconhecimento de existência social de determinados grupos culturais que se unem por uma memória que lhes dá os laços identitários.” (MACHADO, 2012, p. 3).

Os lugares de memória surgem, assim, como alternativas, estoques materiais de nossas memórias. Daí talvez a necessidade de criar bibliotecas, museus, arquivos, monumentos, santuários etc., buscando tornar possível aquilo que nossas memórias não conseguem: reter a totalidade das experiências humanas.

Em virtude de sua historicidade e das funções sociais que as bibliotecas assumem, as mesmas se transformam no refúgio contemporâneo de Mnemosyne e que, devido às práticas de sociabilidade que se engendram em torno e a partir de seu espaço, elas se mostram capazes de enunciar ou exibir uma série de construções culturais cujos referenciais expressam de maneira significativa as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre as quais uma dada sociedade se constitui, nutre-se e se valoriza. (SILVEIRA, 2012, p. [2]).

Nessa perspectiva, Serrai (1975, p. 141) ressalta que “[...] à memória biológica e à memória cerebral, acrescentou-se a biblioteca, como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, do indivíduo ou da sociedade.”

À vista do exposto, será possível observar, até por meio da contribuição do esboço histórico apresentado, as bibliotecas como lugares de memória e perceber a valorização destas instituições enquanto espaços de representação social. Valorização esta que pode ser constatada por intermédio de vários fatores que vão desde a sua localização geográfica em relação à topografia das cidades a que pertencem, passando pelas ações que impulsionaram sua criação, até o uso social que a comunidade faz de seus acervos, espaços e serviços ao longo do tempo e na contemporaneidade.

As bibliotecas públicas no Estado do Rio Grande do Sul no século XIX

Sob a inspiração das ideias iluministas do século XVIII, surgiram, no Brasil, no século XIX, os gabinetes de leitura e bibliotecas como instituições cujo principal objetivo centrava-se na propagação de uma “cultura civilizatória” idealizada por intelectuais da época que, inspirados no ideário cultural europeu buscavam formar cidadãos letrados e moralmente regrados, pois só assim seria possível tornar o país uma verdadeira nação. Vários fatores colaboraram para criar as circunstâncias sociais necessárias para a formação de leitores, entre eles: o progresso tecnológico; o individualismo da sociedade burguesa, que tornou a leitura uma prática domiciliar especialmente realizada pelas mulheres; a expansão da escola

e do pensamento pedagógico apoiado na alfabetização; o fortalecimento das instituições culturais como universidades, bibliotecas e academias de escritores e, como não poderia deixar de ser mencionado, o surgimento da imprensa, em 1808 no Rio de Janeiro, com a vinda da família real, e em 1827 em Porto Alegre, com a fundação do primeiro periódico do Estado.

A demanda por livros, porém, só se tornou plena quando passou a contar com clientes capazes de consumir este produto, ou seja, indivíduos capazes de ler, o que por sua vez adveio do fortalecimento da escola e da obrigatoriedade do ensino. Neste contexto surgiram os gabinetes de leitura no Brasil na década de 1820. Concebidos como empreendimentos comerciais, responsáveis por colocar em circulação livros de interesse geral, diferiam das bibliotecas e das agremiações literárias em função de seu caráter instrucional: além de locarem livros, cumpriam uma função didática, voltada ao projeto de educação popular, incluindo a instalação de escolas de primeiras letras anexas e noturnas (SILVA, 2004).

É bem provável que os gabinetes de leitura brasileiros tenham sofrido influência francesa, por meio de suas *boutiques à lire*¹, porém os gabinetes traziam consigo a marca de um forte sentimento de civismo, vinculando projetos de propagação das letras para o povo. Além do mais, os gabinetes de leitura eram, em sua essência, locais onde se podia ler e retirar livros dos mais variados assuntos, incluindo publicações periódicas.

As relações entre o contexto sociocultural sul-rio-grandense e o contexto sociocultural brasileiro foram fatores determinantes na criação das primeiras bibliotecas e instituições literárias no extremo sul do país. Observa-se uma dicotomização entre a Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a belicosa Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na fronteira do Império. Este mesmo contexto também exerceu influência no que se denomina marcas regionais culturais, como é o caso, por exemplo, da literatura produzida no século XIX, quando predominavam as obras nas quais o discurso literário configura-se como um projeto político nacional brasileiro. No Rio Grande do Sul, a historiografia literária aponta este período como o originário de uma literatura regional que elevou o gaúcho à condição de herói e defensor das fronteiras da pátria brasileira, contribuindo para o estabelecimento de uma identidade regional gaúcha, o que vai ao encontro da missão dos gabinetes literários.

O primeiro gabinete de leitura fundado no Brasil foi o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1837. Criado por um grupo de imigrantes portugueses, 15 anos após a independência do país, teve como mola propulsora a preocupação com o nível de instrução do povo. Em virtude da organização de um grupo de homens letrados da sociedade carioca, estes deram início à procura de uma solução para difundir em meio à população o gosto pela leitura, incentivando, dessa forma, a busca pelos estudos.

Assim, no Rio Grande do Sul, em 1846, seguindo o exemplo do Real Gabinete do Rio de Janeiro, na cidade de Rio Grande fundou-se o Gabinete de Leitura, posteriormente denominado Biblioteca Rio-Grandense.

Esta época é marcada pela conscientização dos valores da cultura nacional, o que se reflete diretamente na produção literária regional sul-rio-grandense. Dois episódios históricos de grande importância merecem destaque neste cenário:

- a) A instalação da primeira tipografia em solo gaúcho, dando origem à imprensa rio-grandense, em 1827. Observa-se a partir daí o vertiginoso crescimento desta instituição no Estado e uma particularidade em relação às demais províncias do Império: a liberdade de opinião, tornando-se esta uma característica marcante do modo de escrever gaúcho.
- b) A ocorrência da Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845, que apesar do forte impacto que causou à política e à economia sulinas, trouxe benefícios à vida intelectual da Província, favorecendo a troca de ideias com outras regiões do país, contribuindo para o amadurecimento da produção literária e cultural da região.

Surgido neste contexto, o Gabinete de Leitura veio para contribuir com a educação do povo, já que nesse período praticamente inexistiam instituições destinadas à instrução da população. Criado “com a finalidade de pôr o livro ao alcance, senão do povo em geral, pelo menos de um número bastante considerável de pessoas amantes das ciências e das letras” (FERREIRA, 1973, p. 13), teve como seus idealizadores vinte e dois homens da sociedade, sendo o principal incentivador o comerciante português João Barbosa Coelho.

Nessa época, Porto Alegre já sediava o principal núcleo administrativo e político do Estado, e a cidade de Rio Grande, por sua vez, podia ser considerada o mais importante centro econômico do Rio Grande do Sul: era de Rio Grande que entravam e saíam produtos comercializados no Estado, era lá também que atuavam os consulados gerais dos principais países europeus e americanos. Tais fatores, aliados ao espírito cívico e ao patriotismo fortemente presentes, culminaram no estabelecimento de uma instituição cujo principal objetivo era a difusão da cultura. Neste período surgiram também outros gabinetes de leitura pelo Brasil, como o de Recife (década de 1850) e o de Salvador (1863).

Diversas tentativas de criação de bibliotecas e gabinetes de leitura ocorreram em Porto Alegre, porém poucas alcançaram o sucesso. Entre estas iniciativas, pode-se citar:

- Cyro Pedrosa, conceituado clínico porto-alegrense, em novembro de 1852 tomou a iniciativa de fundar um gabinete de leitura na capital, nos moldes do gabinete rio-grandino (a ideia de Pedrosa não chegou a ser efetivada).

- Wanzuller & Cia., firma estabelecida na capital com livraria na Rua da Praia, em princípios de 1853 fundou o Gabinete de Leitura Porto-Alegrense. Tal estabelecimento esteve em funcionamento pelo período de um ano: em 1854 fechou definitivamente suas portas.
- Em 1868 foi fundada na capital, Porto Alegre, a Sociedade Partenon Literário. Sua criação permitiu o intercâmbio cultural que impulsionou a sociedade rio-grandense por meio da promoção da circulação de ideias, contribuindo para a formação intelectual da população. A Sociedade oferecia, ainda, cursos noturnos para adultos, patrocinava a realização de eventos culturais como saraus e reuniões, dispunha de uma biblioteca que incluía em seu acervo importantes obras de Filosofia, História e Literatura, e mantinha uma publicação periódica própria intitulada *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*, distribuída gratuitamente aos seus sócios e interessados em geral por todo o Estado do Rio Grande do Sul.
- Em 1871, por iniciativa do deputado João Pereira da Silva Borges Fortes, foi elaborado um projeto de criação de um gabinete de leitura na capital. Tal projeto foi encaminhado à Presidência e, sancionado, deu origem à Lei nº 724, de 14 de abril de 1871, cujos objetivos eram a autorização da compra, pelo Presidente da Província, de até 8:000\$000 (oito mil réis) em livros que constituiriam o princípio de uma biblioteca pública na capital do Estado; a determinação da elaboração do regulamento da instituição; e a determinação de instalação da biblioteca em edifício público, a ser designado pelo Presidente da Província. Infelizmente essa iniciativa também não foi levada adiante. Apesar de todos os esforços, o Gabinete não chegou sequer a instalar-se.
- José Gertun, proprietário de um bazar e papelaria, em 1872 montou, em seu estabelecimento, um espaço destinado à leitura e consulta de obras literárias e científicas, ao qual deu o nome de Gabinete de Leitura. Tal ambiente funcionou até o ano de 1889, quando encerrou suas atividades.

Somente em meados de 1877 inaugurou-se, na capital, a Biblioteca Pública de Porto Alegre, conforme ata da cerimônia oficial:

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de mil oitocentos e setenta e sete, nesta Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, no salão do Atheneu Rio-grandense, presente S. Excia. o Senhor Presidente da Província Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, o bibliotecário dr. Fausto de Freitas e Castro, o doutor Chefe de Polícia, o Administrador da Mesa de Rendas Provinciais, o Diretor da Escola Normal, uma Comissão da Sociedade Partenon Literário, algumas outras autoridades e cidadãos de diversas classes, o sr. bibliotecário fez alocação dando por desempenhada a tarefa de que o havia incumbido o Governo Provincial de organizar a Biblioteca

Pública. Depois a Sociedade Partenon se fez representar pelo seu orador o sr. Apeles José Gomes Porto Alegre. Em seguida Sua Excia. o sr. Conselheiro Presidente da Província declarou instalada a Biblioteca Pública da Capital, criada pela Lei nº 724 de 14 de abril de 1871 [...]. (FERREIRA, 1973, p. 49)

Vários desses gabinetes, anos mais tarde, transformaram-se em bibliotecas municipais, e várias destas continuam em plena atividade até os dias de hoje.

Como pode ser observado, ferveram, no Rio Grande do Sul, iniciativas de cunho cultural, incentivadas por um forte sentimento de civismo, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Entende-se que as bibliotecas, especialmente as públicas, segundo sua missão social podem ser compreendidas como espaços ou lugares de memória, contribuindo tanto para a construção da identidade individual dos cidadãos quanto da identidade coletiva de uma comunidade de indivíduos. O resgate histórico dos principais estabelecimentos de difusão do conhecimento do século XIX possibilita o estabelecimento de relações entre os ideais de sua criação e o seu papel na sociedade gaúcha oitocentista e sua influência na sociedade contemporânea, o que denota a valorização dada a esta importante instituição enquanto guardiã da memória coletiva e patrimônio cultural.

A Biblioteca Rio-Grandense

Em 15 de agosto de 1846 foi fundada, na cidade do Rio Grande/RS, uma sociedade de cultura, “com a finalidade de pôr o livro ao alcance, senão do povo em geral, pelo menos de um número bastante considerável de pessoas amantes das ciências e das letras” (FERREIRA, 1973, p. 13).

Tal sociedade, inicialmente, denominou-se Gabinete de Leitura e foi a primeira biblioteca criada no estado do Rio Grande do Sul. Seu principal idealizador foi o comerciante português João Barbosa Coelho².

Na ata de criação da Biblioteca consta o seguinte:

Achando-se reunidas vinte duas pessoas convidadas pelo Sr. João Barbosa Coelho, em uma sala da Sociedade Bailante, para formarem um Gabinete de Leitura, foi aclamado o mesmo Sr. Barbosa Coelho para presidente, o qual chamou para ocupar o lugar de secretário a Manoel Coelho da Rocha Junior. Seguiu-se incontinentemente a eleição da mesa provisória por escrutínio e saíram nomeados por maioria os srs. Domingos Soares Barbosa para presidente, Francisco Pinto de Carvalho para secretário e João Barbosa Coelho para bibliotecário. Foi encarregado o Sr. Barbosa Coelho de organizar os estatutos que devem regular o Gabinete. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levantou a sessão.³ (FERREIRA, 1973, p.14).

Até onde se sabe, todas as vinte e duas pessoas convidadas faziam parte das relações de Barbosa Coelho:

[...] Vários dos cidadãos que atenderam ao chamado eram jovens como ele, talvez sequiosos de poder compartilhar os bens do espírito que os livros, escassos na cidade, podiam proporcionar. Por que mais teriam aceito o convite? Talvez pelo custo elevado dos livros, à época. Talvez pela admiração com a ousadia daquele jovem recém-chegado. Talvez pela natureza do projeto, em tudo avesso aos recentes esforços de guerra. [...] (NUNES, 2007, p. 110).

Em 21 e 22 de setembro do mesmo ano foram aprovados os estatutos da entidade, em assembleia geral, e no dia 23 foi constituída uma Comissão Bibliográfica, presidida por João Barbosa Coelho. No mesmo dia foi eleita a primeira diretoria efetiva do Gabinete de Leitura.

O Gabinete de Leitura localizou-se, inicialmente, em um sobrado na Rua do Arsenal (atual Rua Ewbank). Tão logo foi determinada a sede do Gabinete, procedeu-se sua instalação. Foi adquirido o mobiliário e solicitada à Corte a aquisição de 600\$000 em livros, o que, juntamente com doações do Sr. Malaquias José Neto formou o seu acervo inicial.

No ano seguinte, em 1847, o Gabinete de Leitura se viu obrigado a transferir suas dependências para prédio mais amplo, situado na Rua da Praia, nº 146 (atual Marechal Floriano). Com a mudança, houve necessidade de novos investimentos em mobiliário e acervo. Nesse período o Gabinete faz suas primeiras assinaturas de folhas diárias e periódicos literários e ilustrados.

Em 1866, novamente o Gabinete de Leitura mudou sua localização. Dessa vez passa a ocupar um espaçoso sobrado na Rua da Alfândega (atual General Osório), esquina com a Rua dos Príncipes.

O Gabinete de Leitura, desde sua fundação, sempre passou por dificuldades de ordem financeira - “sua condição de sociedade privada [...] lhe acarretam crescentes dificuldades em várias ocasiões, sobretudo no tocante às cotizações para sua manutenção” (FONTOURA apud FERREIRA, 1973, p. 15). Tal fato pode ser constatado ainda nos primórdios de sua fundação, na década de 1870. Em 1874 Manoel Alves Pinto, tesoureiro do Gabinete encerrou o caixa com a importância de 131\$000 em casa. Porém, no ano seguinte, Alves Pinto reclamou a quantia para si, chegando ao ponto de ameaçar o Gabinete de execução judicial, fato que só seria entendido e esclarecido mais tarde. Em meio a essa situação surge Francisco Antônio Afonso, o Barão de Vila Isabel para assumir a dívida, a qual pagou de seu próprio bolso, reerguendo financeiramente o Gabinete de Leitura.

Em 1878 o gabinete foi novamente transferido para prédio mais amplo: um sobrado localizado na rua Riachuelo, nº 51. No mesmo ano, aproveitando as condições favoráveis de instalação física e equilíbrio financeiro, os diretores propõem alterações nos estatutos do Gabinete, elevando-o à condição de biblioteca, passando a denominar-se Biblioteca Rio-Grandense. Com suas coleções e espaço físico ampliado agora a Biblioteca tem condições de receber maior volume de doações e atender melhor o público, aumentando seu campo de ação.

Em 1902, sob a presidência do Visconde Pinto da Rocha, a Biblioteca Rio-Grandense adquiriu, pelo valor de 25:000\$000 o prédio onde anteriormente localizava-se a Intendência Municipal e passou a ocupar o prédio que, até os dias de hoje, sedia suas instalações. A partir da década de 1910 várias reformas e ampliações foram realizadas, adequando o edifício às necessidades da instituição.

Caracterizada como uma entidade de Direito Privado, a Biblioteca Rio-Grandense é considerada entidade de utilidade pública desde 1919. Seu acervo é fechado, ou seja, os usuários não têm acesso direto às obras: sempre que quiserem ler ou retirar algum material estes deverão solicitá-lo a um atendente, no balcão de informações.

Em cumprimento ao disposto no inciso 7º do art. 66 da Constituição do Estado, o presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Fabiano Pereira, promulgou no dia 29 de maio de 2006 a Lei nº 12.508, que declara integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado a Biblioteca Rio-Grandense. O prédio em estilo neoclássico e, principalmente, todo o acervo da biblioteca, formado de cerca de 450.000 itens distribuídos entre livros, obras de arte, revistas, bandeiras, documentos informativos, fotografias e acervo fonográfico, integram-se ao patrimônio histórico e cultural.

Reflexões finais

Valendo-se da revisão teórica e das informações obtidas com base no levantamento histórico fornecido no breve esboço aqui apresentado, percebe-se a presença de um forte elemento motivador comum às bibliotecas e aos gabinetes de leitura quando da sua criação, ao longo do século XIX, em solo gaúcho: a necessidade do estabelecimento de uma identidade cultural gaúcha. Tal identidade possui traços marcadamente regionalistas e universais: regionalistas na medida em que demonstram o forte sentimento de civismo e lealdade aos ideais sul-rio-grandenses; universais porque buscam inserir-se em um cenário nacional – dominado pela corte sediada no Rio de Janeiro, e mais amplos ainda quando se identificam elementos predominantemente europeus em suas características fundamentais.

Tais constatações possibilitaram identificar elementos apresentados pelos referidos teóricos na primeira parte deste artigo, tanto elementos já citados da memória social e da

relevância da criação de lugares de memória com os quais os cidadãos possam criar vínculos identitários, individuais e coletivos, como sobre a forma de atuação do Estado por intermédio da categoria “patrimônio cultural”, conforme observa Llorenç Prats, ao fazer uso destes importantes estabelecimentos de cultura – as bibliotecas – como lugares de memória com os quais cidadãos gaúchos pudessem estabelecer laços que permanecem vivos até a contemporaneidade, identificando-as como espaços onde se guarda, preserva, organiza e dissemina o conhecimento e a cultura de um povo.

[...] lugares mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmo. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

Retomando a história da Biblioteca Rio-Grandense, observa-se que esta foi essencial para a formação cultural, social e identitária da comunidade local, haja vista o vínculo existente, desde os primórdios de sua fundação, entre a referida instituição e o sistema de ensino, propiciando aos moradores da cidade acesso ao ensino gratuito por meio de cursos de alfabetização e, mais adiante, tendo cedido seu espaço para o oferecimento dos primeiros cursos da Escola de Engenharia da antiga Fundação Cidade do Rio Grande (atual Universidade Federal do Rio Grande). Percebe-se, desta forma, que a Biblioteca Rio-Grandense acompanhou o desenvolvimento e o crescimento da cidade. Outro fato que chama a atenção e sobre o qual se pode inferir a importância e valorização dada pela população a este importante lugar de memória é a sua localização física: o prédio, especialmente adquirido e reformado para abrigar seu acervo, está situado em zona central da cidade, próximo às edificações dos poderes públicos, o que revela a consciência de que é, também, fundamental para a construção de uma sociedade civil.

As bibliotecas são, portanto, tanto lugares de memória enquanto espaços físicos – edifícios construídos com a finalidade de armazenar acervos e estudar, aprender, trocar informações e ideias - quanto repositórios da memória em si, ou seja, espaços onde o ser humano guarda e encontra o pensamento e o conhecimento que não é possível armazenar exclusivamente na mente humana, pois esta, sozinha, não é capaz.

À vista do exposto, conclui-se que as bibliotecas públicas, enquanto centros locais de informação possuem missão social, política e civilizadora, contribuindo, assim, tanto para a

formação de uma identidade local quanto para o estabelecimento de vínculos entre o patrimônio cultural e as comunidades às quais pertencem.

Recebido em 1/2/2014

Aprovado em 15/5/2014

NOTAS

¹ *Boutiques à lire* eram estabelecimentos onde se locavam livros, por prazo e preço previamente determinados.

² João Barbosa Coelho nasceu na cidade do Porto, Portugal, em 20 de março de 1819. Em 1828 veio para o Brasil, juntamente com sua família, tendo passado por Salvador e Rio de Janeiro. Em 1845, aos 26 anos, mudou-se para a cidade do Rio Grande, onde se estabeleceu como comerciante, casou-se e constituiu família. Por volta de 1865 retornou ao Rio de Janeiro e pouco tempo depois a Lisboa, onde fixou residência até o final de sua vida, vindo a falecer em 11 de janeiro de 1909, aos 90 anos de idade.

³ As vinte e duas pessoas a que se refere a ata são as seguintes: João Barbosa Coelho, Manoel José da Silva Bastos, José Maria Pires de Carvalho, Serafim José Vasques, Francisco de Paula Cardoso, Thomé Rodrigues Vasques, José Marques Vaz de Carvalho, Vicente Taurinho Filho, João Joaquim Fernandes Dias, Paulino Alves Granja, Manoel José Antunes Guimarães, João José d'Andrade, Antonio Gomes d'Oliveira Magano, Gaspar José Martins d'Araujo, Antonio Luiz Machado, Francisco Pinto de Carvalho, Frutuoso Machado da Cunha, Manoel Coelho da Rocha Junior, João da Costa Pinto, José Manoel de Lima, Manoel Luiz Cardoso Guimarães, Eduardo Augusto Machado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2005.

ALVES, Francisco das Neves. *Biblioteca Rio-Grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura*. Rio Grande: FURG, 2005.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinetes de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1973.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos, 2004.

_____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. História, patrimônio e cidade: uma questão política. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 7, p. 1-14, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/fJtgNr>>. Acesso em: 13 set. 2013.

MATHEUS, Letícia. Memória e identidade segundo Candau. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011. Disponível em: <bit.ly/17DnfXK>. Acesso em: 12 out. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos pós-Graduados em História e do Departamento de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://bit.ly/1ceZ2UI>>. Acesso em: 12 out. 2013.

NUNES, Cláudio Omar Iahnke. João Barbosa Coelho: precursor da Biblioteconomia rio-grandense-do-sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 2., 2007, Rio Grande. *Anais...* Rio Grande: Ed. da FURG, 2007, p. 107-115.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://goo.gl/hDgXuO>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989. Disponível em: <<http://goo.gl/APNBBY>>. Acesso em: 12 set. 2013.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez., 2010. Disponível em: <bit.ly/1cNazM0>. Acesso em: 12 out. 2013.

_____. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. *DataGramaZero: revista de informação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. [1-16], out. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/177J15v>>. Acesso em: 12 out. 2013.